

RAÍZES DO MARXISMO UNIVERSITÁRIO

José Arthur Rios (Sociólogo)

Ao prático da arqueologia das idéias que tentar, em época futura, a análise de nossa Universidade, não deixará de causar perplexidade a penetração nos campi acadêmicos, da ideologia marxista. Não evitará perguntar-se como tal coisa aconteceu, quais os antecedentes e conseqüentes desse modismo. O Professor Mircea Buescu debruçou-se sobre o problema e considerou-o fenômeno de fundo religioso. Acertou na natureza essencial dessa vasta contaminação ideológica que parece ter tentado responder ao vazio espiritual dos *après guerres* tanto na geração dos anos 20, como na dos que sofreram os anos 50 e o impacto da bomba.

Não pretendo analisar o Marxismo na *intelligentsia* brasileira, estudo de maior escopo que aguarda pena mais hábil. Cautamente, limito minhas indagações à Universidade e ao campo das Ciências Sociais, tentando vencer, dessa forma, estranho preconceito que parece vem inibindo pesquisadores receiosos do patrulhamento ou da pecha de adesista ou direitista. Encaro o Marxismo como ideologia, isto é, primeiramente, como instrumento de compreensão e reprodução da realidade que busca traduzi-la basicamente em conceitos; e, em segundo lugar, como forma de ação voltada para a conquista do Poder. Marx, aliás, concitava os filósofos a não mais interpretarem o mundo, mas a mudá-lo. Caminhamos, neste estudo, nas pegadas de Mannheim que, irritando a muitos, dessacralizava o Marxismo, considerando-o uma ideologia como qualquer outra, descambando muitas vezes para a utopia.

Na formação desse amazônico caudal, julgamos distinguir vários afluentes: o oportunismo populista e delirante; ainda que generosos, movimentos estudantis; tecnocracias impacientes; ardores estatizantes, até libertações salvíficas de clérigos inquietos e a propagação do idealismo dialético invadindo, avassalador, Departamentos e Faculdades. Onde buscar as raízes de tudo isso?

Para entender a força de penetração do Marxismo nos meios universitários é preciso compreender a própria Universidade. Surgiu, primeiro, como produto das oligarquias familistas que governaram o País até os anos 30. Mais adiante, com a urbanização e a indústria, tornou-se instituição de classe média, reproduzindo suas fraquezas e frustrações (1). Conservou, todavia, da primeira fase, o estilo personalista, autocrático e vertical, no relacionamento entre autoridade, docentes e alunos - estilo cada vez mais incompatível com a mudança que o país então atravessava. Antes da grande abertura dos anos 70, a principal função da Universidade, tal como encarada por seus dirigentes, era formar profissionais, educar uma elite, e esse foi, por muito tempo, o sentido da palavra "democratização". No meio tempo, o hiato entre a nova composição da sociedade e os valores oligárquicos só fez aumentar – fenômeno generalizado a toda a América Latina.

O descompasso entre o crescimento da população universitária e a expansão do mercado de trabalho qualificado, em tempos de Juscelino, agravou a inquietação dos jovens e as tensões internas do mundo acadêmico. Esses fatores levariam necessariamente a uma esquerdização – não necessariamente ao predomínio da Esquerda marxista. Foi, no entanto, o que aconteceu graças ao emprego de uma máquina de conquista do Poder por uma minoria atuante, já usada pelo jacobinismo, desde o século XVIII, através das chamadas "sociedades de idéias", mais tarde, na Rússia, em 1917, pela mão hábil de Lênin. Podemos afirmar que a Universidade brasileira dos anos 60 e 70 foi o campo de experiência desses processos muito bem descritos para a Revolução Francesa pelo historiador Augustin Cochin, em obra só recentemente redescoberta, e valorizada.

Na realidade, tudo isso pouco tem a ver com o Marxismo como teoria - ou qualquer de suas modalidades. O ativismo revolucionário, entre nós, empalmou as idéias de Marx pelo seu conteúdo subversivo pouco se lhe dando se cabia ou não na propalada "realidade brasileira", tema, na época, de farta literatura. O Marxismo e seu jargão serviu, antes, de pretexto para expressão de frustrações e perdas das camadas médias, das quais derivava a grande maioria dos estudantes. Sob essa luz, o clamor pela reforma da Universidade foi geral em toda a América Latina, como nos países do Terceiro Mundo. A educação oferecida pelas Universidades, desde as primeiras décadas do século, era capitulada de elitista e, como tal, insatisfatória para as camadas médias desfavorecidas.

Nesse processo, as Ciências Sociais passaram a ganhar importância, como técnicas de descoberta do mundo,

elementos da nova cosmovisão, ferramentas imprescindíveis na ascensão dessas camadas sociais emergentes. Um estudo de 1968, mostrou, entre 1957 e 1964, a diminuição do percentual dos candidatos a Medicina e Direito - como o dos matriculados em Agricultura. Cresciam, ao contrário, as percentagens - de 6% a 14% - dos que buscavam as Ciências Sociais, sobretudo Economia. O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda atribuiu essa mudança, do ponto de vista da América espanhola, à crescente secularização de valores, parte do amplo processo de modernização das sociedades latino-americanas.(2)

Se isso é verdade, além dos Andes, nessas sociedades hispânicas tradicionais de acentuado pendor clericalista, o mesmo não se pode afirmar do Brasil, onde a família e o familismo foram as forças dominantes, muitas vezes subordinando socialmente a Igreja ao clã familiar e a seus ditames.(3) De toda maneira, aqui como lá, houve uma sintomática reação conservadora, dentro e fora da Universidade, contra a expansão das Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia, amiúde grotescamente confundida com Socialismo. Essa resistência à função crítica da ciência de Comte, levou a uma ciência "batizada", untuosa, limitada cautamente ao estudo superficial da doutrina da Igreja, destituída de qualquer formação empírica e identificada falsamente com uma espécie de moral social.(4)

A introdução das Ciências Sociais no currículo universitário foi uma exigência dos tempos, das novas necessidades e imperativos criados pela industrialização e a urbanização. Haja vista que a primeira experiência séria de aclimação delas entre nós, ocorreu em São Paulo, na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política, sob o influxo de Roberto Simonsen e da Federação das Indústrias. Fez-se sob o signo do pragmatismo americano, representado na figura de Donald Pierson, sociólogo de Chicago. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, predominava a influência positivista, francesa e durkheimiana, nos cursos de Direito, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1939, pelo Ministro Gustavo Capanema, com a finalidade específica e modesta de formar professores. Fazia parte de um monstrego, a Universidade do Brasil, não por acaso, à sombra do Estado Novo e que se destinava a fixar os padrões do ensino superior. No pensamento do Ministro Capanema, devia ser "uma instituição total e unânime".

Em 1940, os estudantes universitários eram apenas cerca de 21 mil, numa população de 60 milhões. O que se chamava, então, Universidade, consistia em uma reunião de autarquias docentes, confederadas apenas no nome. A chamada Lei das Universidades Brasileiras (Decreto no 19.851, de 1931) determinava o contorno da instituição universitária a partir de um núcleo de três unidades de ensino superior, escolhidas entre Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Em 1960, já tínhamos 70 milhões de habitantes e mal atingíamos 100 mil estudantes no ensino superior. Em 1966, éramos 90 milhões e os estudantes universitários somavam 185 mil – representando um acréscimo de 339% sobre os dados de 1940.(5)

Em 1971, em pleno debate da reforma universitária, um eminente reitor podia escrever: "A exigüidade dos recursos agrava todos os nossos problemas educativos". A frase é acaciana, mas se põe como a premissa maior do silogismo reformista. Tempo integral, educação exclusiva, obrigatoriedade de freqüência, gratuidade de ensino superior, autonomia administrativa, cursos paralelos, restaurantes estudantis, melhores laboratórios, implantação de unidades - tudo esbarra na escassez fundamental de recursos, enganchados nas medidas governamentais de contenção e desinflação. E, de pernas amarradas nos orçamentos, pergunta-se porque a Universidade não corre.(6) A situação pouco mudou, impasse típico daqueles que o esquerdismo gosta de explorar, sabendo da impossibilidade de sua solução a curto prazo.

Propagou-se a convicção de que a Universidade, além de competência, teria de criar empregos. Partia-se da idéia de uma perfeita adequação entre curso superior e mercado - que não existe, entre outras coisas, porque o ensino superior, de sua natureza seletiva, jamais poderá competir, nessa função, com o ensino médio, muito menos acompanhar as flutuações de uma economia em expansão. Tudo isso, nesses anos críticos, transformava a Universidade em vasta panela de pressão. Nos anos 50, dourados segundo alguns, a instituição universitária entrou em cheio na polêmica do desenvolvimento, virou presa fácil dos ideólogos de Esquerda. Tornou-se comum dizer-se que representava uma "cultura ornamental e reflexa". Falava-se em "casta ou estamento professoral".

Foi então que espíritos ardentes descobriram a luta de classes dentro do campus, sua submissão ao capital estrangeiro e aos agentes do Imperialismo. A Academia, seria, ela própria, agente de alienação. E, confundia-se espírito crítico com politização. Esses chavões marxistas não eram brandidos apenas por estudantes

incipientes, mas por professores que não se pejavam de tentar coagir ou intimidar colegas quando esposavam pontos de vista contrários. Nessas refregas, os cursos de Ciências Sociais, constituíam a trincheira viva onde se feriam os mais acesos combates ideológicos. Seus Departamentos eram, na mesma medida, alvo preferencial das Esquerdas marxistas.

Vamireh Chacon, ao traçar a história da nossa evolução sociológica, distinguiu dois marxismos - um confessional, militante e partidário; outro "metodológico, difuso, permeando muitas correntes".(7) Foi este, em nossa opinião, que predominou nos Departamentos universitários. Vírus atípico, por isso mais difícil de caracterizar e combater. Ninguém podia prever, no começo do século, essa virulência. Quem primeiro citou Marx no Brasil, segundo Sílvio Romero, foi o fundador da "Escola teuto-sergipana", Tobias Barreto, no discurso de colação de grau dos bacharéis de 1883. "Karl Marx", perorava Tobias, "diz uma bela verdade quando afirma que cada período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ele começa também a ser dirigido por leis diferentes. A questão cardeal do nosso tempo não é política nem religiosa, é eminentemente social e econômica".(8)

Por esses tempos, como exprimiu certo contemporâneo de Tobias, conversado por Gilberto Freyre - só "alguns" falavam em Karl Marx. Falava-se mais em Socialismo - nesse país de escravos, parlamentarismo à inglesa e romantismo, sem precisar muito essas vagas e generosas aspirações. Gilberto identificara esse primeiro prestígio da "mística anarquista ou marxista" - a expressão é dele - não nos soados e descabidos argumentos socioeconômicos, mas no vazio espiritual dessa geração novecentista - "adolescentes burgueses criados em colégios católicos e que se sentiam quase de repente abandonados não pela Caridade da Igreja ... mas pela fé da sua infância. A fé de seus pais e avós".(9)

Inaugura Tobias a vertente dos professores marxistas à qual se filiarão, nos idos de 30, Leônidas Rezende, Castro Rebello e Hermes Lima. Este, aliás, fez questão de frisar: "Nunca fui marxista no sentido político, leninista do termo. Não penso que o Estado como relação de comando e obediência, como de ação social coercitiva dirigente, venha a desaparecer... mas o Marxismo é chave indispensável para a análise e compreensão da Vida em Sociedade, o mais apropriado dos métodos para inserir a Razão no contexto da História".(10)

Outro professor universitário, marxista ou pseudo, dentre os raros, foi Joaquim Pimenta (1886-1963), advogado e catedrático da Faculdade de Direito do Recife, imortalizado por José Lins do Rego, no Dr. Pestana do seu romance **Moleque Ricardo**. Era socialista e discursava nos sindicatos, citando Marx, Engels, Lenin e Trotski. No clima do Recife, longe das estepes, andava à moda bolchevista, de capa e boné. Chamava os operários de "camaradas" - o que tudo scandalizou a congregação da Faculdade. Em 1919, dirigiu greve operária em Pernambuco, o movimento apelidado de "pimentismo". Vindo para o Rio de Janeiro abriu mão do seu vago marxismo e aderiu às teses populistas de Getúlio Vargas.(11) Inaugurou esse matrimônio ideológico.

Em 1886, o jovem Clóvis Beviláqua, escrevia sobre Marx de forma confusa e até disparatada - e o piauiense Higino Cunha parece ter vislumbrado, muito de longe, os contornos da obra desmedida do economista. Em 1918, esse prócer já era antiimperialista e antinorte-americano - no Piauí. Euclides da Cunha, também padece certo xodó por Marx. Na Associação de São José do Rio Pardo, que ajudara a fundar, propôs se substituir o retrato de Bakunin pelo do gênio barbudo. Outros o acompanham. Namoro sem conseqüências. Todo esse Marxismo vinha de cambulhada com muito Positivismo e Evolucionismo.(12)

O primeiro marxista brasileiro, de fato e de militância, parece ter sido o médico Silvério Fontes, nascido em Aracajú, em 1858, que passou a maior parte de sua vida em Santos. Depois de intensa atividade, tendo atravessado o Positivismo e o Anarquismo, acabou aderindo ao Partido Comunista do Brasil.(13) Fontes - pai do poeta Hermes Fontes - é traço de união entre os ideólogos e os militantes. Muito embora os comteanos ortodoxos repelissem as idéias marxistas, no Brasil há uma continuidade, senão individual, pelo menos familiar, entre positivistas e marxistas. É só cotejar os patronímicos de tantos membros do credo de Augusto Comte com os de sectários de Marx e do socialismo científico. O que torna muitas vezes válido o axioma: pais positivistas, filhos marxistas, netos terroristas.(14)

Em 1922, nascia o Partido Comunista Brasileiro. Em 1924, Octávio Brandão traduzia, em Porto Alegre, o

Manifesto Comunista, de 1848. Na fundação do Partido logra papel decisivo Astrogildo Pereira, seu secretário geral até 1929.(15) Coube a ele, em Puerto Juarez, na Bolívia, em dezembro de 1927, converter Luiz Carlos Prestes do tenentismo à militância comunista, levando-lhe uma pacotada de livros da melhor doutrina - Marx, Engels, Lenin. Prestes, aliás, foi outro caso de transição - do Positivismo para o Marxismo.

Leandro Konder, cauteloso, afirma que houve "uma combinação discreta do stalinismo com o modo de pensar positivista..."(16) Antonio Paim, mais pertinente, considera expressão clara dessa combinação a obra de Leônidas Rezende "talvez a principal figura do marxismo brasileiro, do ponto de vista das gerações que freqüentaram cursos universitários, nas décadas de 30 e 40, ou tiveram, no mesmo período, alguma participação no movimento político dos estudantes".(17) O elo seria o autoritarismo de Comte e a concepção da ditadura do proletariado de Marx. A modalidade estalinista do Marxismo, que procurava se instalar na vida política e cultural do Brasil, no começo dos anos 30, podia oferecer àqueles que tinham sido educados pelo Positivismo, imponentes esquemas classificatórios e fórmulas concisas, límpidas, semelhantes às que celebrizaram Augusto Comte. Mudavam os textos fundamentais, indicadores das verdades básicas, permanecia o vezo de procurar em uns poucos livros, condensada, a essência de tudo aquilo que se podia saber, cientificamente, a respeito da sociedade humana. As tarefas delegadas por Comte à sociologia (por ele rotulada física social) eram atribuídas pelo estalinismo ao "materialismo dialético" e ao "materialismo histórico".(18)

Nenhum desses epígonos exercia o ensino universitário. Poucos os professores declaradamente marxistas nas Faculdades de Direito, de influência praticamente restrita às salas de aula, um ou outro proclamando suas convicções entre paredes, ocasionalmente em livro ou artigo de imprensa, fumaçando no mesmo incenso Marx e outros pensadores. Tudo no melhor ecletismo que sempre caracterizou a cultura bacharelesca brasileira.

A Universidade como tal só anos mais tarde passaria a campo de pouso dos marxistas.(19) Todavia, enquanto mestres pontificavam um Marxismo de cátedra, os estudantes partiam para a ação revolucionária. A marxização dos moços começa muito antes da penetração da ideologia nos recintos acadêmicos.

Em 1925, o II Congresso Nacional do PCB, no Rio de Janeiro, decide dar mais atenção aos jovens e cria a Juventude Comunista (JC); mas só depois de 1927 o Partido teria se preocupado em reorganizá-la, para tanto designando Leôncio Basbaum, pernambucano, de 19 anos, quartanista da Faculdade de Medicina do Rio. No Recife, Manuel Souza Barros apresenta Basbaum e Manuel Karacik, seu colega e melhor amigo, a Astrogildo Pereira. Leram Bakunin e Octávio Brandão, conheceram a liderança do Partido. Em 1926, outro estudante, também pernambucano, João Celso de Uchôa Cavalcanti, fundou, com as bençãos de Astrogildo, a primeira célula estudantil do PCB, na Faculdade de Medicina. Basbaum logo se dedicou a ministrar um curso de Marxismo a operários de uma fábrica de tecidos, baseando-se em um resumo em português de **O Capital**. Não prosseguiu. Achou os alunos despreparados.

Em 1927, Basbaum, criava a diretoria provisória da Juventude Comunista com Karacik e Francisco Mangabeira. Em poucos meses recebiam mais de 100 adesões, 90% de operários, de 15 a 19 anos. Formalmente constituída, a 1o de agosto de 1927, sua primeira direção nacional era formada de quatro operários e três estudantes. Basbaum, secretário-geral, manteve o posto até 1929, quando completou 21 anos, e passou para os quadros do Partido. Ainda em 1927, a JU solicitou sua inscrição na KIM (Internacional Comunista da Juventude), sediada em Moscou, que logo ofereceu uma bolsa de estudos de três anos na Escola Leninista a um jovem operário brasileiro, Heitor Ferreira Lima.(20)

A partir de 1928, passam a figurar estudantes nos comícios ao lado dos operários. A Juventude Comunista cresce. Ao VI Congresso da Internacional Comunista, comparece uma delegação brasileira composta de três membros, Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e um garçom José Lago Morales. Em Moscou encontraram Heitor Ferreira Lima, inteiramente russificado - "de botas, blusa e boné de pala virada para cima", no estilo Bukharin. Nesse Congresso, aliás, aprovou-se a condenação de Trotsky. No 5º Congresso da Internacional Comunista da Juventude todo o material de propaganda e educação marxista, enviado para os jovens do Brasil, era redigido - em espanhol. Ante o protesto de Basbaum, alguém da mesa perguntou - "então que raio de língua se fala no Brasil?" Basbaum passou a representante do Partido no Comitê Central da Juventude Comunista e participou do I Congresso Nacional da Juventude, em 1929.

Apesar de tudo isso, o Partido continuava a ser, na retórica dos dirigentes, dos operários e camponeses. Os estudantes não passavam de linha auxiliar. Em maio de 1929, comitê de universitários, lançou manifesto de apoio a uma greve de gráficos. Assinavam-no Francisco Mangabeira, cujo tio era, na época, Ministro das Relações Exteriores; e Antonio Mendes de Almeida. Presos na Polícia Central não puderam comparecer ao comício na Praça da Sé.

Em fins de 1928, a Juventude Comunista teria cerca de 200 membros, num Partido de 800. Estudantes eram pouco mencionados no fraseado dos manifestos de Prestes. Em 1930, tornam-se visíveis nas passeatas, de lenço vermelho ao pescoço. Em São Paulo, depois de um grande comício contra o Governo, montaram-se barricadas e no tiroteio houve jovens entre os mortos.(21) A tendência do Partido para o "obreirismo", palavra de ordem de Moscou, levou a várias defecções. Não favorecia, nem intelectuais, nem estudantes, estes em posição de inferioridade perante "operários e camponeses", destaque maior dos manifestos.

Em 1934, a Juventude Comunista já desempenhava papel importante no 1o Congresso da Mocidade Operária-estudantil; e, em 1935, apoiaria o levante de Agildo Barata no 3o R.I. Na ilegalidade em que mergulhou, após esses acontecimentos, surgiu uma Federação Vermelha dos Estudantes que agrupava secundaristas e universitários. A ascensão de Vargas, a Ditadura do Estado Novo, lançando o Partido na clandestinidade, recalcou os estudantes e a Juventude Comunista para a subversão. Carlos Lacerda que começou a simpatizar com a Esquerda quando ainda na Faculdade de Direito, ingressou na Frente Popular, cuja criação levou à dissolução da Juventude Comunista.(22)

No mesmo ano em que se proclamou o Estado Novo, era criada a Universidade do Brasil (Lei nº 452, de 05.02.1937), "pronta e acabada como Minerva da cabeça de Júpiter".(23) Mas enquanto o Ministério da Educação corria com esse projeto grandioso, instalava-se, em 1935, no Rio, sob a liderança de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Prefeito Pedro Ernesto, a Universidade do Distrito Federal (UDF). Instaurado o conflito ideológico entre as duas entidades, a UDF foi considerada responsável por uma situação de "indisciplina e desordem" e extinta por decreto em janeiro de 1939. Já em abril do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 1.190, o Governo criava, no Rio de Janeiro, a Faculdade Nacional de Filosofia, nos moldes de sua antecessora paulista, porque, em 1934, no Governo de Armando Sales de Oliveira, fundava-se a Universidade de São Paulo e, nesta, a Faculdade de Filosofia e Letras que se tornaria, com os professores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, numa das matrizes da difusão do Marxismo. Nomeavam-se professores para a Universidade do Brasil por autorização do Presidente, ouvida a Seção de Segurança Nacional.(24)

Paradoxalmente, e sob esse regime asfíxiante e o peso do obscurantismo e da intolerância do Estado Novo, vai o Marxismo penetrar nos cursos e cátedras universitárias, tornando-as alvos preferenciais do Esquerdismo. Do 2o Congresso Nacional de Estudantes (1938) saiu a proposta da criação da UNE (União Nacional de Estudantes) que teve sua primeira diretoria eleita em dezembro de 1939. A par do oficialismo que caracterizara esses Congressos - o Presidente Getúlio Vargas foi aclamado Presidente de Honra do conclave - repontam no seu temário e na sua linguagem, teses caras aos comunistas que se tornariam, mais tarde, verdadeira "marca de fábrica", tais como a necessidade de "libertar a economia nacional da exploração imperialista", as denúncias contra o "truste estrangeiro do papel" etc.

Em 1939, durante o Ministério Gustavo Capanema, discutia-se a Reforma Universitária e nela Governo e Esquerda pareciam concordes. Essa lua de mel com o Estado Novo foi, no entanto, perturbada pela Guerra contra o Eixo e a luta antifascista que congregou universitários de vários matizes políticos; mas, em 1940, a UNE ainda pugnava pela paz e pela neutralidade do Brasil. De 1942 a 1945, a entidade, pressionada pela opinião, dedica-se à campanha contra os países do Eixo; e, em 1943, opunha-se à criação da Juventude Brasileira, conforme o modelo fascista italiano, proposto pelo Ministro Gustavo Capanema. Os movimentos estudantis da Esquerda lograram papel cada vez mais importante. Enquanto isso, as autoridades apegavam-se ao statu quo, aos consagrados rituais de poder e prestígio, as Universidades lançavam ao mercado turmas e mais turmas de bacharéis candidatos ao desemprego.(25)

Cresceu o papel do radicalismo estudantil, muitas vezes incentivado por políticos e administradores, sobretudo depois que o fermento populista contaminou as estruturas da Universidade. Essa agitação que saía às ruas, conferia novo prestígio aos mandarins da educação, e aos burocratas a oportunidade de infinitas

portarias e decretos. Não que a maioria dos estudantes se alistasse nas fileiras do radicalismo. Mas a minoria radical, cada vez mais marxizada, foi conquistando os postos de mando e, graças a uma legislação perversa, foi pesando na administração da Universidade, nos seus destinos e desatinos.

A UNE visava, de início, congrega estudantes. Tinha caráter apolítico. Entre os anos 1940 e 1942, empreendeu campanha no sentido de mobilizar a opinião pública e o Governo para participação na II Guerra Mundial contra o nazifascismo. Era praticamente tutelada pela Ditadura, funcionava em sala do Ministério da Educação. A partir de 1943 começam a aparecer indícios de insurreição. Comunistas e democratas passaram a lutar contra a Ditadura. Entre 1944 e 1947, os estudantes democratas venciam as eleições. Constituíram-se Diretórios representativos dos discentes de cada Faculdade, entre eles o Diretório Central dos Estudantes da então paranoicamente chamada Universidade do Brasil.

A partir de 1959, aprofunda-se a marxização da UNE. Os temas versados passaram a ser eminentemente políticos e tratados sob o ângulo dos interesses da Esquerda. Quando Marialice Foracchi, nos anos 60, elaborava sua pesquisa sobre o estudante universitário, as principais organizações que dividiam a massa universitária, além da UNE, eram (a) a Juventude Universitária Católica (JUC), (b) o Partido Comunista que atuava através dos seus diretórios estudantis, (c) a Ação Popular, (d) a Política Operária (PLOPOP) e (e) a Quarta Internacional. Eram todos de Esquerda com dosagens diversas da ideologia marxista. O Partido de Representação Acadêmica (PRA), criado na Faculdade de Direito da USP, era considerado de Direita. E havia, ainda, os chamados "independentes" que permeavam todas as unidades estudantis e procuravam quebrantar a influência crescente da Esquerda católica. Todas essas facções, salvo a última, se vinculavam a correntes políticas de âmbito nacional e macaqueavam as linhas dominantes do processo político. Nos anos 60 dá-se o momentoso encontro, verdadeira pororoca ideológica, entre a Juventude Universitária Católica, a Esquerda Católica e o Esquerdismo marxista. A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) desempenhou papel importante na agitação estudantil e no processo de marxização da Universidade. Diz um historiador desses acontecimentos que, durante o período de 1960 a 1964, a Faculdade foi "uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo".(26)

Isso se explica pela variedade de seus cursos e pela estrutura interdepartamental que ensejava maior contato de professores com alunos e, destes entre si, nas várias disciplinas. O período é de intensa politização - leia-se de doutrinação esquerdista. É o momento em que se forma, no movimento estudantil, uma frente única de católicos e comunistas, que um autor de vistas largas considerou "precursora do pensamento ecumênico em nosso país".(27) Daí por diante, até 1964, a Nacional-Esquerda domina o movimento estudantil.

Essa intensificação da atividade política do estudante universitário, sem outras compensações no plano do saber e da cultura, era, em certo sentido, uma medida do fracasso da Universidade como comunidade acadêmica. Lipset vincula a participação política do estudante latino-americano em geral ao mau treinamento e à baixa profissionalização do corpo docente. "Onde o professorado é de tempo parcial, como na maioria da América Latina, a tendência dos estudantes é dar mais atenção a preocupações não acadêmicas, inclusive políticas".(28) Citava o Reitor de uma Universidade hindu que acreditava ser sua alta função retirar os jovens das ruas, para impedir que se tornassem delinquentes. "Em compensação", dizia o bom Reitor, "nós os convertemos em comunistas".

Parece que nisso também influia a origem social dos estudantes. Marialice Foracchi, em seu estudo sobre o papel do estudante na transformação da sociedade (1965) sugeria que "as condições sociais de participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada por alguns autores de nova classe média. E, dá ênfase à condição de dependência que daria ambivalência à ação de classe".(29)

O que se evidencia, nesses anos 60, é a crescente politização da massa estudantil tal como definida em documento da UNE: "A massa estudantil precisa ser politizada pois sua tarefa é politizar as massas populares".(30) Foracchi considera a politização da massa o problema básico em cada novo movimento estudantil, e que só pode ser compreendido como "expressão da eficiência do trabalho partidário". Por aí, negava capacidade de subversão a esses movimentos.

De braço dado com os comunistas, os católicos de esquerda fomentaram a marxização - estimulando a

participação das Universidades Católicas nesse amplo movimento. Um Manifesto do Diretório Central da PUC do Rio, denunciava o caráter privilegiado do estudante universitário, convocavam-no à rebelião contra o clericalismo na religião, o capitalismo na economia, e o reacionarismo na política. A opção da Ação Popular (AP) era revolucionária e o rumo era o socialismo. Segundo o Professor Cândido Mendes de Almeida, que analisou o **Manifesto**, com a gravidade habitual, "sua autenticidade estaria nesta passagem à ação prática imediata, compensando dessa forma o longo silêncio da Igreja face aos problemas de uma sociedade em mudança radical".(31)

Em 1966, os autores mais lidos e que mais colaboraram na elaboração de uma ideologia radical católica seriam Lebrecht, Mounier, Marx, Sartre, Teilhard de Chardin - mais apregoado que lido - e o Padre Henrique de Lima Vaz. Em segundo plano vinham Saint-Exupéry, Michel Quoist, Khalil Gibran, Celso Furtado e Josué de Castro - este publicara, em 1947, sua **Geografia da Fome**, de grande repercussão. **Geopolítica da Fome** que o seguiu é de 1951. Esses autores - e seus leitores - começavam um tímido descomprometimento face às idéias de Marx. Em breve, iria se acentuar, transformado, às vezes, em aberto rompimento - mas nem todos e nem sempre desligados da nebulosa marxista que continuava a rolar, ovante, pelos firmamentos universitários.

A situação política precipitava a radicalização. A 28 de março de 1964, os Diretórios Acadêmicos das Faculdades Nacionais de Direito (CACO) e da Filosofia, da Universidade do Brasil, mais o de Sociologia da PUC, lançavam manifestos de apoio aos marinheiros e fuzileiros navais em greve permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Fizeram mais: no dia 31 de março, mal ouvidas as notícias do levante em Minas Gerais, exigiram do Governo Jango que lhes desse armas para a resistência. Tiveram de se contentar com "manifestações antigolpistas" na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Com a depredação da sede da UNE, o presidente José Serra pediu asilo à Embaixada do Chile e juntou-se a outros líderes revolucionários que buscavam o caminho do exílio. Concluía-se dessa forma um ciclo de agitação estudantil que, daí por diante, iria se desdobrar em trágicas conseqüências, no terrorismo e na ilegalidade.

Poerner, dá testemunho insuspeito do sucesso e dos rumos dessa marxização: "... No momento em que se confundiu, na Faculdade, o apoio ao Diretório com uma posição esquerdista, inflacionou-se a Esquerda e baralhou-se o esquema de forças políticas existentes. Este, o primeiro erro de análise e, talvez o mais catastrófico, por ser o mais generalizado. A partir dele, os analistas lúcidos e frios - que almejavam uma FNFi atuante politicamente, mas, sobretudo, voltada para problemas universitários e para a modificação da estrutura do ensino - perderam o controle da situação". "De um momento para o outro", depõe o mesmo escrupuloso cronista, "a FNFi se transformara em Faculdade com a mais alta percentagem de socialistas em toda a América Latina. Em menos de seis meses, jovens de vinte e poucos anos, recém-egressos de suas leituras machadianas, davam por absorvidos, com uma superficialidade que chegava a ser comovente, os textos de Marx e Engels".(32)

Para o autor tudo isso não passava de delírio coletivo que levava muitos estudantes a caírem vítimas de outra forma do mal que combatiam. Tratava-se, segundo esse clínico, de uma "doença infantil" - o esquerdismo. Constata esse historiador dos movimentos estudantis, que, daí por diante, "para a maioria dos jovens que cursavam a FNFi, nos últimos meses de 1963, estudar passou a ser um "desvio pequeno-burguês" (as aspas são de Poerner) pois a cultura estava morta e a Faculdade representava um monumento ao latifúndio (sic). Afinal, importava que estudassem!", constatação extraordinária.

Paradoxalmente, Poerner, acha que, por esse tempo, princípios de 1964, a Faculdade, já se achava "rachada". "Já tinha saído da moda ser apenas de Esquerda. Num processo que tem suas semelhanças remotas com a Revolução Cultural Chinesa (sic) o grau de radicalização da faculdade chegara a um ponto em que era preciso providenciar, imediatamente, uma Revolução para que nela se engajasse a FNFi".

A Revolução veio, mas em sentido diverso do que pensavam os ativistas da FNFi. A vanguarda estudantil carecia de lastro político próprio, daí o divórcio entre cúpula e base nesses movimentos. A participação dos estudantes era destituída de suporte ideológico, desprovida de coordenadas políticas - o que só foi parcialmente superado nas greves e movimentos de protestos - e no terrorismo - pós-1964. Daí o caráter abstrato e altamente teórico dos manifestos. "... Quando (a cúpula) teoriza é porque não sabe como agir".(33)

Essa indecisão impregnou os documentos do movimento estudantil dos anos 60, ora apoiando a Revolução cubana e militando contra a Aliança para o Progresso, ora clamando pela necessidade de atuar o estudante sobre problemas especiais de sua categoria. Fica-lhe, então, um papel histórico, de conscientizar (ainda que massa privilegiada) as massas populares - embora, segundo Foracchi, "sua capacidade de identificar-se com os oprimidos, nada mais expressaria senão as suas aspirações sociais frustradas". Para a pesquisadora paulista, "... o estudante brasileiro não representa, em termos socioeconômicos, uma camada privilegiada, e sim, uma camada em mobilidade ascensional que acumula recursos para firmar-se socialmente. A formação universitária representa um nivelamento e uma responsabilidade".(34)

Essa afirmativa ganha importância, fundamento e amplitude, com a "abertura" da Universidade nos anos subsequentes e a conseqüente "massificação" que a desencadeou. Os anos 70 viram a tranqüila ocupação da Universidade brasileira por esse Marxismo faccioso. O fenômeno é tanto mais marcante quanto mais pesava, fora dos muros acadêmicos, a intransigência do regime militar, a censura sobre a imprensa e demais meios de comunicação, contribuindo tudo isso a agravar a atmosfera opressiva daqueles tempos, tão bem retratada, entre outros, nos livros de Zuenir Ventura, Márcio Moreira Alves e Fernando Gabeira, cuja obra mereceu, há pouco ser levada às telas.

Enquanto aumentava a pressão ditatorial sobre a inteligência e sobre as próprias Universidades, a infiltração marxista se processava a escancarar, na cátedra e no livro, no controle efetivo do ensino e, às vezes, na administração dos Departamentos. Embora não se possa subscrever, em forma ou substância, a frase de Zuenir Ventura - "a geração de 1968 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil" (35) não há dúvida que os jovens universitários desses aflitos tempos liam bastante.

Mas que autores? Marx não, certamente, não obstante a edição portuguesa da Civilização Brasileira, a não ser por dever e devoção, talvez por penitência, na intimidade das células e dos conciliábulos; mas certamente Marcuse, seu profeta que, em **Reason and Revolution, Eros and civilization**, propõe uma hábil fusão entre Marx e Freud e dá aos jovens a arma ideológica que desejavam - a repulsa à tecnologia - cujos subprodutos gostosamente usavam - a liberação do sexo e da droga e a revolta contra os pais.

Marcuse, em 1968, era uma novidade. Conciliando Marx e Freud, ele fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, "já que o papel de vanguarda da revolução", dizia ele, "se transferira da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias sociais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes". Ensinava que, em lugar da exploração bruta, o capitalismo passava a impor novas formas de controle social, mais efetivas e agradáveis. Diante desse quadro, "o proletariado, seduzido pela sociedade de consumo, passava a não pensar mais em revolução, só em casa de veraneio". Havia proposta mais sedutora para quem, como o jovem idealizado por Marcuse - estar biologicamente destinado à revolta?

Não foi Marcuse o único guru dessa geração.(36) Outros disputavam essa influência, Mao, Guevara, Debray, o pétreo estalinista Lukacz, sobretudo Gramsci, os autores da Escola de Frankfurt - Walter Benjamin, Adorno, o ascendente, jamais cadente, Eric Hobsbawm, marxista inglês, e o então noviço Umberto Eco que ainda esperaria alguns anos pelas grandes tiragens da perversa **O Nome da Rosa**, e Althusser que propunha nova leitura de Marx, nova interpretação teológica dos santos livros. A revista **Civilização Brasileira**, de Enio da Silveira, acolhia autores prestigiosos. Corria de mão em mão. Entre seus colaboradores o agora, avançado e liberal Alceu Amoroso Lima, o futuroso Fernando Henrique Cardoso, Ferreira Gullar, Paulo Francis, ao tempo trokista - depois, em boa hora, convertido à democracia, por isso repudiado e mantido no escanteio - Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho - todos crismados "aprendizes de Lukacs".

Nas Universidades Católicas a infiltração marxista continuou ao longo dos anos 70, como demonstra a crise instaurada na PUC do Rio, em 1979, deflagrada pela censura imposta por ato do Diretor do Departamento de Filosofia a um texto do professor Miguel Reale, escolhido por uma professora para leitura e debate. Reagiu a professora e uniram-se ao seu protesto outras vozes. Verificou-se que o mesmo diretor havia determinado a extinção da cadeira de Ética Social o que motivou reação de seu regente, o Padre Ney Sá Erp. As autoridades universitárias estavam convencidas de que controlavam a Universidade. Na realidade, a política era ditada pelos Conselhos Departamentais em que selecionavam os membros das bancas examinadoras, os regentes das

disciplinas, e tutti quanti. Esse avanço se dava pelo boicote a qualquer dissidência e pela seleção dos detentores de cargos de ensino e administração departamental, muitas vezes à revelia da cúpula universitária, outras - é bom dizer, a bem da verdade - com a omissão dela e sua cumplicidade tácita.

Na Europa, nos arraiais das ciências da sociedade, muito antes da queda do Muro e do desmoronamento do regime soviético e dos seus satélites, o Marxismo era visto como doutrina sectária e ultrapassada. Com exceção da França, não desfrutava do prestígio intelectual dos anos 40 e 50. Nada parecia alterar, nestes trópicos, a tranqüilidade dos meios acadêmicos, cada vez mais dominados pela Esquerda, criando o paradoxo de um ensino superior eivado de Marxismo sob um regime militar em choque contra a guerrilha armada, o terrorismo e a subversão.

Como isso podia acontecer quando as autoridades educacionais e universitárias eram escolhidas ou aprovadas pelo Governo, quando um dos Ministros da Educação, era, ele próprio, militar; quando as Universidades eram submetidas a um sistema de fiscalização que chegava a extremos de espionagem policial, quando as lideranças universitárias eram objeto e vítimas de constante e inquisitorial investigação?

É o que a nosso ver, se deve a vários fatores. Em primeiro lugar ao bom-mocismo típico do caráter brasileiro que aborrece as atitudes nítidas e cortantes, prefere as moles e acomodatórias. Além disso, por um erro de julgamento.

Enquanto as cúpulas universitárias e as autoridades educacionais imaginavam que conseguiam manter uma Universidade esterilizada dos bacilos esquerdistas, estes penetravam tranqüilamente nas estruturas formais e informais da comunidade universitária. Isso só foi possível depois que as Universidades cresceram em população, começaram a sofisticar sua organização e a adotar o modelo formal dos departamentos, copiado das escolas americanas, substituindo-os às antigas cátedras, consideradas anacrônicas e até "feudais".

Esse modelo criava uma pirâmide de conselhos, desde o departamental - a célula brasileira - até o Conselho Universitário. O controle desses conselhos passou a ser tema e alvo dos grupos de Esquerda que se dedicaram a essa tarefa com a habitual pertinácia, aplicando a esse objetivo todo o tempo e forças disponíveis. A eleição dos membros desses corpos, na estratégia de conquista do poder, tornou-se momento importante da vida universitária. Para isso mobilizavam-se todos os recursos e, com a notória falta de ética desses grupos - na eliminação dos adversários, eram adequados todos os meios.

Em nome de uma suposta autonomia universitária, reivindicou-se para a formação de corpos eleitorais uma participação cada vez maior dos estudantes e dos funcionários. Pleiteou-se para essas categorias, mais manobráveis pelos partidos e partidões, peso igual ao voto dos docentes. Verdade se diga que os grupos de Esquerda, nem sempre constituídos pelos melhores alunos, recrutavam uma "galera" mais presente e assídua. Na realidade, para eles, com honrosas exceções, o estudo, a aplicação, a nota, eram secundários diante da presença na eleição, na passeata, na assuada e no protesto.

Foram assim, aos poucos, conquistando conselhos e congregações onde se preparava a pauta para as reuniões dos Conselhos Universitários. Estabelecia-se, dessa forma, nesses corpos acadêmicos, um verdadeiro rolo compressor que comandava as votações e as decisões. A mesma pressão se exercia nos concursos para docência através da seleção dos membros das bancas examinadoras. Tudo começava nos exames da tese e da monografia, para mestrado e doutorado, em geral de graus iniciais para a plenitude da docência. Eram, por via de regra, cerimônias, cujo ritual impecável, dentro das aparências, levava à consagração do certificado, do grau, do título. Supunha-se que o trabalho apresentado, dissertação ou monografia, atendia aos requisitos de desempenho e perfeição fixados pelos mais estritos padrões universitários.

Na prática, tal não ocorria. Casos houve de candidatos que encomendavam esses trabalhos a ghost writers bem pagos que se encarregavam de apresentá-los, em tempo hábil, para o exame. Daí por diante, o candidato se esmerava na memorização e na agilidade da desconversa diante de uma banca mais exigente e agressiva. Esses comportamentos acadêmicos se conciliavam com uma cultura formalista. Nessa massa mole de complacência, a lâmina do Marxismo trabalhou com facilidade, ditando nomes, selecionando autores, discriminando outros, deturpando doutrinas e assoalhando inverdades, num trabalho eficaz de subversão da inteligência.

Na medida em que os Departamentos representavam a vida real da Universidade e os Conselhos os comandavam, pouco fazia aos seus mentores que a cúpula universitária, alienada, continuasse a crer, de pés juntos, na pureza da doutrina e da prática democrática. Essas boas intenções, nutridas na atmosfera rarefeita dos gabinetes de Brasília, desmoronavam na intimidade dos estabelecimentos de ensino, no caso das Universidades particulares, roídas pelo mercantilismo; no caso das Universidades públicas, pelo oficialismo e pelos compromissos políticos. Em uma Universidade Federal houve um Reitor, notoriamente de Esquerda, que preparou sua reeleição, nomeando três mil funcionários.

O modelo norte-americano prosperou, entre nós, dentro de um quadro institucional e comunitário muito diverso do anglo-saxônico, este dinamizado por uma participação efetiva e conduzido por lideranças autênticas, na clivagem dos grupos étnicos que se defrontam na sociedade americana, hoje presa das contradições de um liberalismo rousseauiano apodrecido.

Não se tratava de um confronto de idéias, de um debate leal de doutrinas, mas de uma luta pelo poder, de um choque de burocracias que só levaram à massificação e à mediocrização do ensino, subordinadas suas exigências às solidariedades escusas das panelinhas universitárias. Nisso capitularam os governos militares que trocaram a realidade pela aparência e, absortos no progresso material e tecnológico, abandonaram a educação - e os problemas sociais - aos seus novos senhores, as lideranças da Esquerda. Apoiavam-se no pessoal miúdo da mídia, comodamente aconchegado nas redações de jornais e estúdios de TV, tidos como burgueses, conservadores, até reacionários - e que passou a manipular a notícia, o comentário, até o artigo de fundo.

É de notar que essa invasão não resultou, pelo menos nas Ciências Sociais, nem em obras notáveis, nem em pesquisas reveladoras. Ao contrário, produziu frutos ideológicos, demonstrações do óbvio, tendentes a demonstrar ou expandir os refrões da propaganda esquerdista. Passamos, desta forma, do dogmatismo positivista para a ditadura intelectual desse Marxismo vira-lata. Não se diga que nos enquistamos em sectarismos estreitos para essa afirmação. Cabe distinguir, com Wright Mills, entre Marx e os marxismos, escoimando a obra do economista e sociólogo, notável instrumento de crítica das sociedades burguesas, apesar dos seus erros e contradições - assinalados por Weber, Wright Mills, Raymond Aron e tantos outros - e a política de infiltração e subversão do marxismo-leninismo, o terrorismo cultural das elites de Esquerda que visam à tomada do Poder pelo Poder, em nome, é claro, da libertação das massas, da ascensão do proletariado e da superação do capitalismo.

Em nome desses ideais sacrificou-se, muitas vezes, a objetividade científica e a verdade histórica, criou-se, à margem da narração imparcial dos fatos, uma anti-história e uma paraciência. Em Ciência Social, o estudo objetivo da realidade, o rigor do método depurado por Le Play, Durkheim, Pareto, Weber, Sombart, foi substituído pelas análises de Lukacs, servo fiel de Stalin e pelas elocubrações de Sartre. Apagaram-se claridades, cresceu a zona cinzenta entre a ortodoxia e as heresias marxistas. Os departamentos universitários tornaram-se a arena dos choques entre marxistas de estalinismo estreito, "cubanos", maoistas, enfim, as diversas "linhas" em que se refratava a multiforme dialética nas discussões infinitas dos bares e cafés.

Depois de 1964, mudara a problemática social brasileira. Enquanto os problemas rurais eram a dominante nas preocupações acadêmicas nas décadas anteriores, bem como o tema das migrações internas e da assimilação e aculturação do imigrante - nos anos 70, as cidades passaram a tomar lugar de relevo na ótica dos cientistas sociais, com elas, experiências de planejamento regional e urbano, de colonização interna, de favelização, de segurança urbana, de condição do migrante urbano. Precisamente nessa época, quando a ciência social deveria afinar seus métodos para enfrentar esses novos problemas, muitos se empenhavam, ao contrário, na luta ideológica e esgrimiam com garbo toda a parafernália do que se veio a denominar "sociologia do conflito" - como se a sociedade brasileira fosse ringue de boxe, aberto entre categorias abstratas, burguesia e proletariado. Hoje os mesmos conceitos se aplicam aos sem-terra, aos sem-teto, e assim por diante.

É preciso notar que não estamos aqui diante de um mero choque de doutrinas, um debate intelectual que poderia produzir lucros para os contendores. É característica do conflito ideológico deixar marcas profundas, mutilações, ressentimentos, sobretudo quando levado a termo, sem nenhuma preservação de princípios éticos fundamentais - quando transborda da oposição de idéias para a luta crua pelo poder. A marxização da inteligência brasileira é tema mais amplo que o aqui tratado. Implicaria uma pesquisa e um aprofundamento

em nossa história das idéias fora dos limites deste trabalho. Não se trata, repetimos, de minimizar a obra de Marx, mas de separá-lo dos marxistas locais e traçar as derivações que aqui tomou o Marxismo e seus efeitos na vida universitária brasileira, no revolucionarismo explícito dos anos 60 e 70.

É esse período de fermentação marxista, onde se repetem ortodoxias e heresias, onde se chocam e mal conciliam os clássicos - Marx, Engels, Lenin - com os novos teóricos como Sartre, Lukacs, Althusser. É o tempo das "apostasias" - de Oswaldo Peralva e Agildo Barata. É quando se produz farto material de leitura, original e traduzido, em história, economia, sociologia, pedagogia; revista como **Tempo Brasileiro**, de Eduardo Portela e a importante contribuição a tudo isso da Editora Civilização Brasileira. Tudo isso serviu de lenha à fogueira das esquerdas universitárias.

Com a Revolução de 1964 e a ditadura que lhe seguiu, mais o aparelho censório manejado por mãos incipientes, perdeu-se a possibilidade de uma crítica objetiva que se contrapusesse à Esquerda marxista e, até, propiciasse possibilidade de uma Esquerda democrática, apta a desfraldar a bandeira das reformas sociais sem identificação ou vinculação com o Marxismo, a "ditadura do proletariado" e a subversão.

A penetração marxista em nosso ensino universitário deixou marcas indeléveis. Ainda hoje, essa ideologia não é simples lembrança ou saudosismo. Persiste, sob a fachada da democracia liberal ou debaixo das tênues maquiagens do socialismo caboclo - nas invasões de propriedades, nas ocupações de gabinetes de Reitores e Ministros; no sindicalismo tumultuário que não mais se limita a reivindicações de classe, mas se arroga o direito de mudar o regime político e exigir a renúncia do Presidente, em marchas e demonstrações de cunho fascista; no convívio fronteiriço com movimentos subversivos tais como o Sendero Luminoso, a guerrilha e o narcotráfico colombiano; na ternura com que acolhe o ditador cubano e o festejo em assembleias universitárias, enquanto o próprio Fidel, em cerimônia pública, dava as costas aos colegas e, num gesto de soberano desprezo, fugia à fotografia - para ir ao banheiro; na mística desagregadora dos "direitos humanos" que serve para acobertar impunidades, vitimizações e injustiças; na Universidade, enfim, nas suas panelinhas, cortejadas pela mídia, que alimentam badernas e mediocridades acadêmicas.

Persistirá, enfim, enquanto não conseguirmos criar, no campus, condições de estudo, trabalho, criação e meditação, e verdadeiros mecanismos de participação democrática, lideranças autênticas; enquanto não desatrelarmos a Universidade das burocracias estatais, fazendo da autonomia universitária algo mais que uma palavra.

Notas

1. "Não é de espantar que o estudante brasileiro de tempo parcial responda a estímulos ideológicos e se junte aos movimentos de protesto, passeate até à guerrilha urbana. Atribui as desigualdades sociais ... à classe média onde provem, mas cujos valores, rejeita... Sua origem e a educação que recebe o condicionam à mentalidade elitista típica de uma sociedade estratificada". José Arthur Rios, **The University student and Brazilian society**, Michigan State University, 1971, p. 33. Ver lista dos teóricos da "Educação Revolucionária" in Ernane Galvêas, **A Educação no Brasil** in CNC, **Carta Mensal**, vol. 39, no 457, Rio de Janeiro, abril, 1993 (incluído no livro de mesmo nome, CNC, Rio de Janeiro, 1995, pp.103-04).
2. Timothy F. Harding, **The University, Politics and Development in Contemporary Latin America**, Research Seminar Series, no 3, Riverside, University of California, 1968, pp. 5, 11.
3. T. Lynn Smith, **Brazil, People and Institutions**, Baton Rouge, Louisiana University Press (1946), 1.072, p. 461.
4. Típico exemplo dessa tendência é a **Preparação à Sociologia**, de Alceu Amoroso Lima, 1931, e a obra de autores menores, de timbre conservador, como a de Amaral Fontoura, lido nas Escolas de Serviço Social, de caráter confessional que, nos anos 40 e 50, se multiplicaram em todo o País.
5. Dados in Djacir Menezes, **Idéias contra Ideologias**, Rio de Janeiro, UFRJ, 1971, p.51. IBGE, Brasil, Séries Estatísticas. Retrospectiva, 1977 e **Anuário Estatístico do Brasil**, 1995. Hoje, contamos com 156

milhões de pessoas e a população matriculada em Universidades subiu para um milhão, ou seja, cresceu 4.472% sobre 1940.

6. Djacir Menezes, op. cit., p. 54. Para um confronto com situações e **Carta Mensal** Rio de Janeiro, v. 45, n. 538, p. 30-59, jan. de 2000. Problemas mais recentes, ver, Fernando de Mello Freyre, **Breves considerações sobre alguns problemas nas Universidades brasileiras**, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1981, p. 18.

7. Vamireh Chacon, **História das Idéias Sociológicas no Brasil**, São Paulo, Editora USP/Grijalbo, 1977, p. 85.

8. Esses conceitos, Tobias os hauriu diretamente da 3ª edição de **O Capital**, de 1883, que cita escrupulosamente. Mas, desde 1879, já vinha falando em luta de classes. Vamireh Chacon, **História das Idéias Socialistas no Brasil**, Rio de Janeiro, 1965, pp. 265-66. "É impossível dizermos exatamente quando o nome do autor de **O Capital** foi pronunciado (sic) pela primeira vez em letra de forma... É muito provável que sempre continuem a pairar algumas dúvidas sobre o começo dessa história". Leandro Konder, **A Derrota da Dialética**, Rio de Janeiro, Campus, 1988, p. 67, sugere que foi na década de 1870, como eco dos acontecimentos da Comuna francesa (1871), em citação de Lúcio de Mendonça, na Câmara dos Deputados (p. 68). De ciência certa, no entanto, parece que a primeira referência é a de Tobias Barreto, ainda que Evaristo de Moraes Filho, **Medo à Utopia**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 91, ache que o pensador de Escada não teria lido Marx.

9. Gilberto Freyre, **Ordem e Progresso**, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. II, p. 629.

10. Chacon, **História dos Idéias Sociológicas**, p. 82, n. 2. Sobre Hermes Lima, ver sua biografia intelectual, in Sérgio Miceli, **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**, São Paulo, 1979, pp. 41 e ss. E suas memórias, dele Hermes Lima, Travessia, Rio de Janeiro, 1974, onde se descreve, do ponto de vista do A., o momentoso concurso à cátedra da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Embora obscura a caracterização de "bacharel livre" dada por Miceli a Hermes Lima, assim como o rótulo de "anatolianos" a outros intelectuais, é importante sua indicação do conflito ideológico subjacente aos concursos. "As disputas entre os defensores das doutrinas materialistas e os porta-vozes dos princípios espiritualistas permearam as lutas em torno das posições docentes mas também se estenderam às organizações estudantis, de um lado a Liga dos Estudantes Ateus, a Federação dos Estudantes Vermelhos, e de outro, o pessoal católico (sic) do CAJU (Centro Acadêmico Jurídico Utilitário). Na verdade o que estava em jogo era o controle ideológico e da gestão da Faculdade de Direito que continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente". Miceli, op. cit., p. 48. Isso se passava em 1933.

11. Moniz Bandeira e outros, **O Ano Vermelho**, Rio de Janeiro, 1969, p. 193 e Konder, op.cit., p. 122. Por esse tempo, lia-se Marx, Engels e outros autores socialistas, sempre em tradução francesa - o que levou Wilson Martins, a dizer que o socialismo pode ser tido como outras das "nossas idéias francesas", **História da Inteligência no Brasil**, V, Rio de Janeiro, 1978, p. 178. O Socialismo teria próspera fortuna, entre nós, e, especificamente, o Marxismo. Em 1907, ninguém menos que Pedro Lessa, escrevia "Seu triunfo é infalível, necessário". Martins, op. cit., p. 339.

12. Euclides da Cunha é o primeiro intelectual brasileiro importante a ter tido uma idéia global de Marx. Isso não quer dizer, evidentemente, que ele se tenha tornado marxista (Konder, op. cit., p. 95). Sobre o conflitivo diálogo entre Marxismo e Anarquismo, no começo do século, muito a propósito, as considerações de Konder.

13. Ao contrário do pai - marxista de primeira hora e comunista militante de quatro costados - o poeta Martins Fontes, parnasiano de Santos, era anarquista (Konder, op. cit., pp. 110-11). Sobre esse diálogo-duelo, entre anarquismo e comunismo, ver o minucioso, exaustivo John W. Foster Dulles, **Anarquistas e Comunistas do Brasil**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 159-87.

14. Norberto Bobbio descreveu, na Itália do fim do século XIX, a mesma relação ambígua entre Positivismo e Marxismo, "...Estiveram sempre em desacordo sobre o modo de compreender a 'verdadeira' ciência, e, rivais como foram muitas vezes no mesmo terreno, trocaram-se acusações por não se terem liberado da metafísica e de serem, apesar de tudo, não científicos. Para ser científico, Marx teria de libertar-se da herança hegeliana, os

positivistas da comteana. Foram, todavia, ambas, filosofias leigas, mundanas, nascidas da grande revolução do século que foi a revolução industrial, da qual o Positivismo foi a interpretação confiante e benévola, o Marxismo, a catastrófica". **Perfil Ideológico del 900**, Milão, pp. 22-23. Mutatis mutandis e ressalvada a falha de usar a expressão generalizante -"Marxismo", sem explicitá-la - essa relação de amor e ódio reflete-se entre nós.

15. "Entre os sete delegados que fundaram o Partido havia um, Cristiano Coutinho Cordeiro, professor e advogado. Não pude saber se era docente do ensino superior. Os demais eram trabalhadores ou artífices de pequeno ofício" (Konder, op. cit., p. 138). Konder considera a tradução do **Manifesto** por Octávio Brandão, um marco na divulgação das idéias de Marx no Brasil. No entanto, mesmo entre os comunistas, ainda os mais lidos, era generalizada a ignorância. "Os comunistas brasileiros, em geral, admitiam que conheciam muito mal os textos 'clássicos' do comunismo" (Konder, pp. 142-43). Quando Abílio de Nequete, que fundara em 1913, em Porto Alegre, a primeira associação bolchevista do País, a União Maximalista - perguntava a seus companheiros se tinham lido Lênin, recebia resposta negativa e causava má impressão. Acabou saindo do Partido e elaborando a teoria de que a revolução não seria feita pela classe operária e sim pelos técnicos (Ap. Dulles, op. cit., p. 149). Nisso, precursor do ISEB. Os jornais proletários, aliás, eram lidos nas reuniões em voz alta, porque a maioria dos operários era analfabeta (Brandão, ap. Dulles, p. 41, n. 36).

16. Por via de Comte e Spencer, o Positivismo e o cientificismo "contaminam" de "direitismo", em alguns autores, a pureza da ideologia marxista. É o caso, acusa Konder, de Octávio Brandão e dos professores Leônidas Rezende e Castro Rebello (Konder, pp. 147, 152-55, 180). Leônidas Rezende escrevia artigos em **A Nação**, sobre Marx e Comte, que Brandão considerava "tijolos" e via como uma "salada". Filiou-se ao Partido em 1927. Octávio Brandão, procedente do anarquismo, converteu-se ao marxismo lendo livros fornecidos por Astrogildo Pereira. A 15 de outubro de 1922, ingressava no comunismo. Até essa época eram escassos os estudantes no movimento. O alvo era o operariado, seus sindicatos e federações. Brandão, inspirado em Lenin, lido em francês, redige, em 1924, a primeira tentativa no Brasil de análise marxista - **Agrarismo e Industrialismo**, Buenos Aires, 1926 (Ap. Dulles, ib. p. 151).

17. Antonio Paim, ap. Konder, op. cit., pp. 181-82. O primeiro estudante marxista de que se tem notícia na atividade partidária foi Rodolfo Coutinho, pernambucano que ajudara a formar o Círculo de Estudos Marxistas no Recife e foi suplente na primeira Comissão Central Executiva (CCE) do Partido, reunido em 1922. Em 1924, viajou para Moscou com Astrogildo Pereira a fim de obter o reconhecimento do PCB pela Internacional comunista. Lá ficou até 1927, dividindo quarto com um oriental (Moniz Bandeira e outros, op. cit., p. 296). Foi depois professor no Colégio Pedro II. Exercia grande influência na Juventude Comunista. Era simpatizante trotskista, o que o levou a demitir-se do Partido quando viu o crescimento do estalinismo e da alta prestígio. Astrogildo examinando mais tarde esses debates, concluiu que resultavam de uma insuficiência teórica. E constatou, como Machado de Assis, que "a confusão era geral" (Dulles, op. cit., p. 287).

18. O trecho é luminoso. Mas por que restringir ao stalinismo um vezo que é do Marxismo em todas as suas modalidades e espécies? Por aí se explica a volta do Positivismo no processo de decomposição do Marxismo. Não podia ser outro o desfecho na rota desse Marxismo pragmático quando buscava o Poder pelo Poder. Atribuir esse pendor aos "mecanismos de mercado" etc., como fez Leandro Konder (p. 201) é extrapolar do nível da economia para o da ideologia. A citação de Marx que compara a redução do valor de uso ao valor de troca à divindade de Cristo - e que, Konder, parece encampar - essa comparação, então, é delirante (Konder, op. cit., pp. 182 e ss).

19. "No ensino superior, o nome de Marx, só muito raramente era mencionado; e, quando isso ocorria, em geral, estava sendo dita alguma tolice sobre ele" (Konder, op. cit., p. 113). Sobre o ecletismo, forma de disponibilidade intelectual e seu peso ideológico, ver Konder, op. cit., pp. 149 e ss.

20. Sobre tudo isso, ver Dulles, op. cit., pp. 268-70.

21. Ib. p. 356.

22. Carlos Lacerda, Depoimento, Rio de Janeiro, 1977, pp. 35-36.

23. Simon Schwartzman e outros, **Tempos de Capanema**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 208. Ver Maria Hermínia Tavares de Almeida, "Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro", in Sérgio Miceli, **História das Ciências Sociais no Brasil**, vol. I, São Paulo, IDESP, 1989, p. 188 e ss.
24. Ap. Schwartzman, ib., p. 218, n. 27.
25. Harding, op.cit., p. 13.
26. Arthur José Poerner, **O Poder Jovem**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 215.
27. Ib, p. 195.
28. Seymour Martins Lipset, **University Students and Politics in Underdeveloped Countries** in Minerva, vol. III, no 1, 1964, pp. 38-39.
29. Marialice M. Foracchi, **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**, São Paulo, 1965, pp. 20-22.
30. Foracchi, op. cit., pp. 225, 228.
31. Cândido Mendes de Almeida, **Momento dos Vivos**, ap. Poerner, op. cit., pp. 198-209.
32. Poerner, op. cit., pp. 223, 226.
33. Foracchi, op. cit., p. 235.
34. Ib., p. 560.
35. Zuenir Ventura, **1968 O ano que não terminou**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, pp. 51-60.
36. Ventura, pp. 126-27. Ver a crítica a Marcuse do Padre Fernando Bastos de Ávila in **Carta Mensal**, CNC, ano XV, no 173, Rio de Janeiro, agosto, 1969.

Copyright: **CARTA MENSAL**, CNC, Rio de Janeiro, v. 45, n. 538, p. 30-59, jan. de 2000.